

PALAVRAS DO BRASIL – VOCABULÁRIO E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO IMPÉRIO DO BRASIL

Aluna: Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

I – Relatório Técnico – Período: Agosto de 2009 – Julho de 2010

Este texto tem por finalidade descrever as atividades realizadas por mim na pesquisa, ao longo desse ano que se passou. O projeto “Palavras do Brasil – Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil” conta com uma equipe composta pelo orientador professor Ilmar Rohloff de Mattos, pelas pesquisadoras bolsistas Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack e Beatriz Campos Pantaleão e pela pesquisadora voluntária Vera Regina Bastos-Tigre.

- **Práticas do Grupo**

Em nossa pesquisa mantemos a prática de encontros em reuniões semanais, quando realizamos leituras e discussões de textos, sob a forma de seminários. Os textos trabalhados podem ser tanto substantivos (historiográficos) quanto fontes primárias, e apresentam uma relação orgânica entre si. Outra atividade também realizada pelas pesquisadoras é a elaboração de relatórios e fichamentos, que respeitam o ritmo das leituras. Por meio dessa atividade torna-se possível questionar pertinentemente o texto lido, além de selecionar passagens relevantes para a compreensão dos conceitos, especialmente o de Brasileiro. Por último, realizamos a elaboração de cronologias e biografias, que nos permitiram desenvolver uma aproximação adequada ao eixo temático trabalhado durante este período de pesquisa.

No que diz respeito mais especificamente aos textos teóricos e às fontes primárias, aqueles são capítulos de livros e artigos de diversos autores; já estes situam-se em material editado e publicado sob a forma de livros e de revistas.

- **Atividades Desenvolvidas**

Exposição oral deste projeto de pesquisa no XV Seminário de Iniciação Científica, realizado na PUC-Rio, em Agosto de 2009.

Exposição do artigo “De um Império a outro: Território e População na Construção da Nação Brasileira” no XIV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio

- **Bibliografia Básica**

As **leituras teóricas** realizadas foram:

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHARTIER, Michel. “Impérios”, In: **Enciclopédia Einaudi** – v.14. Estado – Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- COSTA, Wilma Peres, OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org). **De um Império a Outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/FAPESP, 2007.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”, In: Manuela Carneiro da Cunha (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.
- JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres. **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- JASMIN, Marcelo Gantus. “Lenguajes políticos en el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política”. In: **Prismas, Revista de historia intelectual**, nº 11, 2007, pp.171-176.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (org). **Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos**. 1.ed. Porto: Universidade do Porto, 2004, v.2, p.727-736.
- _____. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- _____. “Construtores e Herdeiros: A trama dos interesses na construção da unidade política”. In: István Jancsó (org). **Independência: historiografia e histografia**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2005.
- MONTEIRO, John Manuel. “A memória das aldeias de São Paulo: índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira”, In: **Dimensões**, Universidade Federal do Espírito Santo, vol.14, 2002.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec/USP/FAPESP, 2002.
- RODRIGUES, José Honório. **A Assembléia Constituinte de 1823**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- _____. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. “Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o ‘modelo’ colonial português do século XIX”. In: **Almanack Braziliense**, nº 09, maio 2009, p.68-83.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 1999.

SLEMIAN, Andréa. “Seriam todos Cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”. In: István Jancsó (org). **Independência: historiografia e histografia**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2005

TOMASELLI, Sylvana. “Moral phylosophy and population questions in eighteenth century Europe”, In: **Population and development review**, vol.14.

As **fontes primárias** trabalhadas foram:

COSTA, João Severiano Maciel da. “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”, In: Graça Salgado (org). **Memórias sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1973 (edição fac-similar), vol.3.

RENDON, José Arouche de Toledo. “Memoria sobre as aldeas de índios da Provincia de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798”, In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, t.4, n.13, 1842.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, In: Jorge Caldeira (org). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed.34, 2002.

_____. “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura”, In: Jorge Caldeira (org). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed.34, 2002.

II – Relatório Substantivo

- **Introdução**

Durante este período de um ano, tive como principal finalidade concluir a minha vertente de pesquisa no interior do projeto “Palavras do Brasil”, de modo a elaborar a minha monografia de conclusão de curso, que foi apresentada em 02 de Julho de 2010 ao Departamento de História da PUC-Rio. A monografia, intitulada “De um Império a outro: Território, População e Cidadania na Construção da Nação Brasileira”, tem como tema central o ano de 1823 no Império do Brasil. As reuniões da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, iniciadas em maio de 1823, caracterizaram-se por discussões dos dirigentes imperiais acerca de questões consideradas essenciais para a garantia da soberania do corpo político recém-estabelecido. Durante tais discussões, três elementos relativos ao Estado imperial brasileiro adquirem relevância – o território, a população e a cidadania –, trazendo à tona a necessidade de definição do território imperial e daqueles que seriam considerados Cidadãos Brasileiros, assim como propostas de homogeneização da população que habitava o Império do Brasil, de modo a incorporar índios, africanos e afrodescendentes à Nação brasileira.

A partir da análise dos Anais da Assembléia Constituinte de 1823, objetiva-se recuperar as discussões dos deputados em torno dos três elementos acima citados, visando compreender os significados que esses homens atribuíam aos conceitos de *Nação*, *Povo* e *Soberania*, assim como pensar os deslocamentos ocorridos no conceito de *Império*. O Império do Brasil, antes parte constituinte do Império português, associa-se a partir de 1822 à idéia de uma Nação brasileira, constituindo assim um Estado nacional moderno. Tal mudança na significação e compreensão da expressão Império do Brasil imporia aos deputados constituintes a elaboração de novas propostas e a definição de novas características para este Império que se pretendia construir.

- **Objetivo**

Como dito anteriormente, a monografia por mim elaborada é decorrente de minha participação ao longo de três anos no projeto *Palavras do Brasil: Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil*, vinculado ao Departamento de História da PUC-Rio e coordenado pelo professor Ilmar Rohloff de Mattos. O projeto de pesquisa tem como

propósito maior, como o seu próprio título nos permite entrever, pôr em evidência as principais palavras presentes nas diferentes “falas” dos diversos agentes sociais no Império do Brasil. Muitas vezes transformadas em conceitos – a saber, uma formulação teórico/abstrata que se relaciona a uma situação concreta e única – as *Palavras do Brasil* permitiam àqueles personagens situarem-se no mundo em que viviam, atuarem sobre a realidade de forma concreta, propor e instaurar novas formas de comportamento. Para nós, historiadores, estes conceitos adquirem grande relevância por tornarem compreensíveis quer as diferentes práticas quer as diversas maneiras como homens e mulheres representavam sua existência social na experiência histórica do Império do Brasil. Sabemos que as experiências marcantes vividas por esses agentes sociais esgotar-se-iam em si mesmas, deixando escapar sua dimensão histórica e social, caso não tivessem sido registradas de algum modo e conceptualizadas por meio de palavras.

Portanto, tendo como referência teórica principal, embora não exclusiva, as reflexões de Reinhart Koselleck, buscamos pensar os conceitos não apenas enquanto fenômenos lingüísticos, mas também como indicativos de algo que se situa para além da língua. Ao compreendermos que toda palavra/conceito se articula a um contexto específico sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, pretendemos relacionar os diversos significados atribuídos às *Palavras do Brasil* às experiências concretas vividas pelos diversos agentes sociais no Império do Brasil. Assim sendo, ao promovermos o intercâmbio entre a História dos Conceitos e a História Social, somos capazes não apenas de combater toda postura que reduza a história a um fenômeno de linguagem, como também de recuperar a singularidade de cada experiência histórica através da análise das palavras/conceitos de que homens e mulheres se serviam, inventando-os ou re-significando-os como condição mesma de seu existir social.

Considero que a monografia possui uma proposta mais tímida quando comparada à pretensão do projeto *Palavras do Brasil*, podendo ser assim caracterizado como um dos subtemas possíveis deste projeto de pesquisa. O recorte por mim elegido dentro da amplitude temporal que o Império do Brasil abarca foi o ano de 1823, momento em que os dirigentes imperiais encontravam-se politicamente mobilizados em torno da causa da independência e da soberania do corpo político recém-estabelecido. Neste ano tiveram início as reuniões da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, onde foram discutidas questões essenciais para a construção do Estado imperial brasileiro, destacando-se a necessidade da definição do território imperial e da construção da cidadania e as propostas de homogeneização da população que habitava o Império do Brasil, de modo a incorporar índios, africanos e

afrodescendentes à Nação brasileira. Portanto, tendo como fonte primária principal os Anais da Assembléia Constituinte de 1823, o objetivo desta monografia é recuperar as discussões dos deputados em torno desses três elementos – território, população e cidadania – visando compreender os significados que esses homens atribuíam aos conceitos de *Nação*, *Povo* e *Soberania*, assim como pensar os deslocamentos ocorridos no conceito de *Império* a partir da falência do projeto de um Império luso-americano e do triunfo da proposta de um Império do Brasil.

É importante ter em mente que a construção do Estado imperial brasileiro inseria-se no contexto de aceleradas transformações do “modo de pensar” advindas sobretudo da Revolução Francesa, o que levaria os conceitos a progressivamente se afastarem de sua significação antiga, referida à experiência do Antigo Regime, e a adquirirem uma significação nova, atrelada ao surgimento dos Estados nacionais modernos. As “falas” dos deputados constituintes são capazes de expressar não só as permanências e os deslocamentos sofridos pelos conceitos de *Nação*, *Povo*, *Soberania* e *Império* neste contexto específico, como também as diferentes concepções políticas que se confrontavam durante o processo de construção do Estado imperial. Para os dirigentes tornar-se-ia cada vez mais evidente que o novo Império do Brasil, surgido em 1822, não representava uma simples continuidade em relação ao Império luso-americano, pois se associava agora à idéia de uma Nação brasileira – *uma comunidade imaginada como limitada e soberana*, segundo a definição do antropólogo Benedict Anderson. *Imaginada* no sentido de que seus integrantes são capazes de imaginarem a existência e a presença uns dos outros, criando assim a imagem de uma comunhão. *Limitada*, uma vez que apresenta fronteiras finitas e nenhuma nação se imagina como extensão única da humanidade. *Soberana* porque o nacionalismo nasce na época em que o Iluminismo e a Revolução Francesa questionavam a legitimidade dos reinos dinásticos e de ordem divina. Por fim, uma *comunidade* porque a Nação é sempre concebida como uma “camaradagem horizontal”, embora em seu interior prevaleçam relações de desigualdade e exploração. Portanto, tal mudança na significação e na compreensão da expressão *Império do Brasil* importaria aos deputados constituintes a necessidade de elaborar novas propostas e de pensar novas características para este Império que se pretendia construir.

Esta monografia encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Da união provém a força*”: a questão territorial nas discussões da Assembléia Constituinte de 1823, pretendo analisar as discussões dos deputados constituintes em torno dos quatro artigos iniciais do Projeto de Constituição, que remetiam ao território do Império do Brasil. Neste momento, a definição do território imperial adquire a função de reforçar tanto

a soberania do Estado-nação brasileiro, como a sua distinção em relação ao Império português. Por isso, os dirigentes imperiais se vêem obrigados a discutir questões bastante controversas, referentes à demarcação dos limites do Império do Brasil; à organização política conveniente ao território imperial e à futura possibilidade de expansão territorial e de anexação de outras possessões.

No segundo capítulo, intitulado *Entre “índios bravos” e “selvagens da África”: os dirigentes imperiais e a questão da população nacional*, pretendo analisar os projetos políticos elaborados pelos letrados José Arouche de Toledo Rendon e José Bonifácio de Andrada e Silva, que apresentavam propostas para a incorporação dos índios e ex-escravos dispersos pelo território imperial à Nação brasileira e pensavam a importância que ambos teriam na garantia da soberania, da prosperidade e da ordem interna do Estado imperial. A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira tornava evidente para esses homens a importância da transformação dos “índios bravos” e “selvagens da África” em uma população homogênea, detentora de uma identidade nacional. Essa transformação teria como instrumentos políticas civilizadoras e discriminatórias, que visavam destituir estes dois grupos populacionais de seus atributos culturais, introduzindo-os nos valores da cultura ocidental européia.

No terceiro capítulo, intitulado *Cidadãos ou “simplesmente Brasileiros”? Índios, escravos e libertos e a construção da cidadania no texto constitucional de 1823*, apresento as discussões dos deputados em torno do artigo 5º do Projeto de Constituição, que remetia à cidadania no Império do Brasil. O meu objetivo neste capítulo é discutir a abrangência da cidadania proposta pelo texto constitucional de 1823, de modo a problematizar a seguinte questão: seriam índios, escravos e libertos considerados Cidadãos Brasileiros – isto é, indivíduos detentores de direitos políticos e civis – ou havia na Assembléia Constituinte um posicionamento favorável à construção de uma cidadania excludente, que consagrasse hierarquias e desigualdades no interior da sociedade imperial?

- **Conclusão**

As reuniões da Assembléia Constituinte, ocorridas entre os meses de maio e novembro de 1823, tiveram como principal objetivo definir as características do novo Império do Brasil, de modo a consolidar sua independência como uma monarquia constitucional e a garantir sua inserção no conjunto das Nações Civilizadas. Ao colocar em evidência três elementos

referentes ao Estado imperial, que constituíam importantes formas de expressão da soberania nacional – o território, a população e a cidadania –, os debates travados entre os deputados constituintes trariam à tona questões polêmicas e controversas, como a demarcação dos limites do Império do Brasil, a possibilidade de expansão territorial e de anexação de outras possessões, a divisão política conveniente ao território imperial, as condições de incorporação de indígenas e ex-escravos à Nação brasileira e, por fim, a construção da cidadania em meio a “tanta heterogeneidade física e civil”.

O processo de construção do Estado imperial brasileiro inseria-se no contexto de aceleradas transformações, advindas sobretudo da Revolução Francesa, que influenciaram profundamente o modo como homens e mulheres percebiam e compreendiam o mundo ao seu redor. Essa mudança de percepção se expressa através dos conceitos, que adquiriam neste momento não apenas novos significados, os quais se afastavam cada vez mais da experiência do Antigo Regime e se aproximavam da realidade política dos Estados modernos, como também novos atributos, que revelam a democratização, a politização, a ideologização e a temporalização do vocabulário. As “falas” dos deputados registradas nos Anais da Assembléia Constituinte de 1823 evidenciam como os conceitos de *Nação*, *Soberania*, *Povo* e *Império* não eram mais assimilados e interpretados da mesma maneira. Portanto, todas essas transformações no “modo de pensar” fariam com que dirigentes imperiais se debruçassem sobre a elaboração de novas propostas e sobre a definição de novas características para o Império do Brasil que se pretendia construir.

Se até 1822 a expressão *Império do Brasil* designava uma parte constitutiva de outro Império – o Império português, que integrava politicamente territórios ultramarinos dispersos na América, África e Ásia –, com a proclamação da independência passa a referir-se a um corpo político autônomo, desvinculado daquele antigo todo. Permaneciam o antigo nome e o antigo território para designar o novo corpo político, além de certa continuidade com a ordem anterior, contudo iniciava-se um processo de mudança radical do significado atribuído ao nome *Império do Brasil* e da própria concepção de império. A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira leva a concepção clássica a ceder progressivamente espaço à concepção moderna de império, atrelada ao surgimento dos Estados nacionais. Nesse sentido, ao retomar as discussões dos deputados constituintes referentes ao território imperial, à população nacional e à construção da cidadania, esta monografia teve como objetivo relativizar os elementos de continuidade entre os períodos colonial e independente do Brasil, visto que o novo Império viria a adquirir marcas distintivas que expressavam sua

singularidade em relação ao Império luso-americano. A expressão “De um Império a outro”¹, que dá título a este trabalho, remonta às discontinuidades existentes entre o antigo Império do Brasil – a porção americana do Império português – e o novo Império do Brasil – o corpo político soberano.

Ao longo três dos capítulos que compõem a monografia, a análise dos discursos dos dirigentes imperiais revelaria como o pensamento desses homens ainda transitava entre a significação antiga do conceito de *Império*, referida à experiência do Império luso-americano, e sua significação moderna, referida ao surgimento do Estado-nação brasileiro no pós-independência. A convivência e a tensão entre essas duas visões de mundo se refletiam nas divergentes propostas dos deputados durante as sessões de discussão do Projeto de Constituição. Contudo, é interessante atentar para o fato de que muitas proposições esposadas no âmbito da Assembléia Constituinte expressavam a subordinação do espaço de experiência dos indivíduos ali reunidos – a necessidade de construção das bases do Estado imperial e da consolidação de sua independência – ao novo horizonte de expectativas que se delineava – a associação entre Império do Brasil e Nação brasileira. Tornar-se-ia cada vez mais evidente que certos aspectos atrelados à noção clássica de império eram incompatíveis com os elementos definidores de uma construção política moderna – uma *comunidade imaginada como limitada e soberana*.

No capítulo 1, vimos que a proposta de definição dos limites do território imperial estava presente no artigo 1º do Projeto de Constituição, que estabelecia que “[O Império do Brasil] *extende-se desde a foz do Oyapok até os trinta e quatro graus e meio ao Sul*”. Entre os impérios antigos, a fixação dos limites territoriais era algo impensável, visto que estes almejavam uma soberania universal, isto é, pretendiam submeter sempre mais territórios ao seu controle político-administrativo, imaginando-se como extensão única da humanidade. Embora a maioria absoluta de deputados constituintes tenha se posicionado a favor da supressão da parte do artigo 1º acima mencionada e da aprovação do artigo 3º, que reconhecia o direito da Nação brasileira a anexar outras possessões territoriais, o próprio surgimento de uma discussão em torno de tal questão revela que os deputados adquiriam progressivamente a consciência da impossibilidade do novo Império do Brasil possuir um domínio ilimitado em termos espaciais.

No capítulo 2, analisamos os projetos políticos elaborados por José Arouche de Toledo Rendon e José Bonifácio de Andrada e Silva, que propunham a incorporação dos índios,

¹ Esta expressão foi retirada do texto “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”, escrito por Ilmar Rohloff de Mattos.

africanos e afrodescendentes dispersos pelo território imperial à Nação brasileira que estava sendo forjada, visando à construção de uma população homogênea e dotada de uma identidade nacional. Nesse sentido, civilizar “índios bravos” e “selvagens da África” significaria destituí-los de seus atributos culturais e impor-lhes a aceitação e a internalização da cultura ocidental européia. Contudo, as propostas de José Bonifácio e Toledo Rendon não encontrariam acolhida no âmbito da Assembléia Constituinte. Predominava entre os dirigentes imperiais um posicionamento favorável à manutenção da escravidão e à convivência da Nação brasileira com outras *nações* no interior do mesmo território unificado e contíguo. Assim sendo, a equivalência entre os termos da equação “um Império = uma Nação” tornava-se impossível em uma sociedade de base escravista e que herdara da colonização a convivência forçada entre três grupos étnicos, ou seja, entre três nações.

No capítulo 3, a análise dos artigos do Projeto de Constituição referentes aos Membros da Sociedade Imperial nos permitiu traçar o deslocamento sofrido pelo conceito de *Povo*: enquanto na experiência absolutista o povo era concebido como “vassalo e súdito”, sendo o monarca o provedor absoluto da felicidade e a fonte de emanção das decisões, o constitucionalismo e o surgimento dos Estados modernos transformam-no em um “povo cidadão”, origem e residência da soberania. Contudo, vimos que na visão dos deputados constituintes nem todos os indivíduos que habitavam o Império do Brasil estavam habilitados a receber o estatuto de Cidadãos Brasileiros. Assim sendo, índios e escravos crioulos, por serem nascidos no território imperial, seriam Brasileiros, mas não seriam Cidadãos, por não serem considerados integrantes do pacto social que constituía a Nação brasileira. Quanto aos libertos, estabelecia-se que estes integrariam o universo dos homens livres, estando assim aptos a adquirirem direitos políticos e civis. Portanto, havia na Assembléia Constituinte um posicionamento favorável à construção de uma cidadania excludente, que consagrasse hierarquias e desigualdades no interior da sociedade imperial.

A proposta de associação entre Império do Brasil e Nação brasileira vinculava a noção de Império a uma concepção nacional, ao mesmo tempo em que deixava de referi-la a uma concepção clássica. Não só a presença do constitucionalismo no processo de construção do Estado imperial brasileiro representou o abalo das bases tradicionais do poder soberano, como também a impossibilidade de um domínio espacial ilimitado contrastava com a pretensão à dominação universal presente entre os impérios antigos. Contudo, o novo Império do Brasil não possuiria um dos principais atributos que definiam uma Nação moderna. O estabelecimento de fronteiras entre os segmentos da sociedade imperial, a opção pela manutenção das práticas hierarquizantes e a existência de uma população heterogênea

repeliam a igualdade e prejudicavam a idéia de unidade, isto é, de uma nação constituída por indivíduos livres e iguais perante a lei, integrantes de uma mesma comunidade imaginada.